

**18° Congresso Brasileiro de Sociologia
26 a 29 de Julho de 2017, Brasília (DF)**

GT: 10 - Biografia e Sociedade

**UM OLHAR SOBRE A QUESTÃO DO PATRIARCADO NA VIDA DE UMA
MULHER DE ELITE PAULISTANA DO SÉCULO XIX**

**Carla Fernandes da Conceição
Universidade Federal de São Carlos - UFSCar**

**UM OLHAR SOBRE A QUESTÃO DO PATRIARCADO NA VIDA DE UMA
MULHER DE ELITE PAULISTANA DO SÉCULO XIX**

**A LOOK ON THE QUESTION OF PATRIARCHY IN A WOMAN'S LIFE OF THE
ELITE OF SÃO PAULO FROM THE XIX CENTURY**

CARLA FERNANDES DA CONCEIÇÃO*

Resumo

O presente artigo analisa a presença e as características do patriarcado no cotidiano de Maria Paes de Barros, uma mulher pertencente à uma família da elite paulistana do século XIX, e suas imbricações na invisibilidade da mesma. Pautando-se nas memórias e lembranças descritas no livro *No tempo de dantes*, cuja autora é Maria Paes de Barros, é possível conhecer uma parte do universo feminino do século XIX. Vivendo em um período no qual a sociedade era caracterizada pelo patriarcalismo, as mulheres eram relegadas ao âmbito privado, submissas aos seus pais ou maridos e administradoras do lar. O período histórico vivenciado pela memorialista foi permeado pelas ideias do Cartesianismo que concebia o sujeito como sendo um indivíduo totalmente centrado e unificado. Ou seja, é a ideia de um sujeito individualista e excludente, pois somente os homens brancos e europeus - assim como Descartes - eram considerados sujeitos. Desta forma, para o Cartesianismo, as mulheres não eram consideradas sujeito, logo não pensavam, logo não existiam como ser social. E, é nesta perspectiva, que o olhar sobre muitas mulheres da elite do século XIX respalda-se.

Palavras-chave: Patriarcado. Elite. Maria Paes de Barros. Gênero

Abstract

This article points out and analyzes the patriarchate features present in everyday life of a woman of the São Paulo elite of the nineteenth century, Maria Paes de Barros. Through the patriarchy and elaborate gender definitions mainly by SAFFIOTI authors (2005) and SCOTT (1995), these relations will be made with the experienced everyday situations and be detailed by Maria Paes de Barros in his book "In the Before Time."

Keywords: Patriarchate. Elite. Maria Paes de Barros. Gender.

* Mestra em Sociologia pela Universidade Federal de São Carlos – UFSCar. Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos – UFSCar.

Introdução

Criado pelo filósofo francês René Descartes (1596-1650), o pensamento Cartesiano pautou o surgimento da chamada "Ciência Moderna", dominando a epistemologia desde o século XVII até o início do século XX, quando surge a ciência quântica¹. Descartes viveu em um período em que o mundo europeu estava saindo das trevas da Idade Média e o poder teocrático (representado pela Igreja Católica) estava sendo caracterizado como perseguidor e assassino. Além disso, a burguesia estava florescendo impulsionada pelas rotas comerciais. Estas características históricas e sociais, favoreceram o desenvolvimento e a propagação das ideias de Descartes.

Neste contexto, Descartes propôs-se a fazer uma ciência essencialmente prática e disciplinada através de um método, de cunho universal, inspirado no rigor matemático e racionalista. Nesse método, a razão é fundamental para nos guiar, pois tendo esta como premissa cabe ao homem aceitar apenas aquilo que é certo e irrefutável e, conseqüentemente, eliminar todo o conhecimento inseguro ou sujeito a controvérsias.

De acordo com o pensamento cartesiano, todas as diferenças étnicas e de gênero são desconsideradas, pois este é pautado na ideia de caminho reto para se chegar a algo determinado. Por isso, tudo o que não estiver exatamente na faixa central deste caminho, é desconsiderado e tido como incerto, como duvidoso.

Stuart Hall (2000) analisa que o sujeito cartesiano baseava-se numa concepção da pessoa como um indivíduo totalmente centrado e unificado. Esta concepção de sujeito é individualista e excludente, pois somente os homens, brancos e europeus - assim como Descartes - eram considerados sujeitos. Desta forma, para o Cartesianismo, as mulheres não eram consideradas sujeito, logo não pensavam, logo não existiam como ser social.

Nesta perspectiva, é que o olhar sobre muitas mulheres da elite do século XIX respalda-se. Vivendo em um período no qual a sociedade era caracterizada pelo

¹ Para a ciência quântica, o mundo não é determinista, mas sim probabilístico. É exatamente neste aspecto que diferencia-se do pensamento cartesiano.

patriarcalismo, a figura de Maria Paes de Barros representa como uma mulher, pertencente a uma família da elite paulistana, era vista e considerada neste campo social. Maria Paes de Barros (Fig.1, Anexo 1) escreveu o livro *No Tempo de dantes*² (Fig.2, Anexo 1) aos 94 anos de idade e, no decorrer de suas descrições, é possível analisar o âmbito privado ao qual as mulheres eram relegadas.

Torna-se relevante salientar que no ano de lançamento de seu livro, em 1946, o cenário feminino ainda carregava características do universo cartesiano marcado pela forte invisibilidade da mulher fora do ambiente doméstico. Haja visto que havia se passado somente doze anos de conquista do voto feminino e, além disso, os estudos feministas no Brasil tiveram maior expressividade somente a partir das décadas de 60 e 70. Assim, as análises sobre o patriarcalismo presentes na obra tem de ser pautadas com um olhar no cotidiano da autora, ou seja, em seu período histórico vivenciado. Período este permeado pela sociedade patriarcal, escravidão e abolição da mesma, vinda da mão de obra dos imigrantes, transição da produção agrícola para a industrial, passagem do governo Imperial para o Republicano. Esta obra, portanto, nos auxilia, com um olhar contemporâneo, analisar de uma maneira menos naturalizada a questão do patriarcalismo presente no decorrer de sua leitura.

² BARROS, Maria Paes de. *No tempo de dantes*. Prefácio de Monteiro Lobato. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

Assim, este artigo analisa a presença do patriarcado no cotidiano de uma mulher de uma família elite do século XIX e suas imbricações na invisibilidade da mesma. Não podemos deixar de dizer que este livro foi escrito por uma memorialista, portanto, em suas páginas, estão descritos fatos, modos de conduta, acontecimentos históricos, costumes, tradições que são explanados tendo como base as memórias da autora. Portanto, as lembranças descritas possuem a subjetividade da autora, mas, de modo algum, desqualifica ou minoriza as possibilidades de análises, pois estão elencadas dentro de um tempo histórico e de um campo social que nos permite explorar e investigar o patriarcalismo e suas inferências ao universo feminino.

Breve biografia de Maria Paes de Barros

Antes de “mergulhar” nas páginas do livro farei uma breve descrição da autora, de seu contexto familiar e social e, desta maneira, compreender as relações de poder e de parentesco que estavam imbricadas na vida da memorialista.

Maria de Souza Barros, mais tarde Maria Paes de Barros, era filha do Comendador Luis Antonio de Souza Barros (1809–1887) e de Felicíssima de Almeida Campos (Fig.3, Anexo 2).

Seu pai, o Comendador, foi um dos grandes nomes da aristocracia imperial paulistana de meados do século XIX. Aos oito anos de idade foi enviado para a Portugal onde realizou os estudos e, embora tenha frequentado a Universidade de Coimbra, não obteve nenhum diploma (Torres, 2010: 23).

É pois, num ambiente de muitos recursos que Luiz Antonio viverá, ora com sua mãe, ora com seus tios, depois de sua volta da Europa. A casa de sua irmã, a futura marquesa de Valença, será sua preferida (Torres, 2010:25).

Luis Antonio de Souza Barros foi nomeado pelo governo provincial, no período Regencial, a assumir o cargo de primeiro prefeito de São Paulo (1835). Além disso, foi cafeicultor, proprietário de inúmeros engenhos de café, de fazendas produtoras de café, senhor de escravos. Possuía posses, escravos e propriedades em São Paulo, Campinas, Piracicaba, São Carlos. Recebeu os títulos de Cavaleiro

da Ordem de Cristo e Dignatário da Ordem Rosa³, sendo o primeiro de origem portuguesa e o segundo brasileiro (Torres, 2010). Maria Paes de Barros nasceu do segundo casamento⁴ do Comendador e foi a primeira filha dos dez filhos de seu segundo casamento. Maria Paes de Barros, era sobrinha do barão Souza Queiroz, do barão de Limeira, da baronesa de Valença.

Nasceu no dia 09 de Julho de 1851, em São Paulo, e faleceu em 11 de Setembro de 1952, em São Paulo. Viveu sua infância na, até então, pequena vila de São Paulo (com aproximadamente vinte mil habitantes) em um casarão da Rua de São João, construído no fim do século XVIII, que pertenceu inicialmente a Francisco Ignácio de Souza Queiroz, tio da memorialista.

Instalado no sobrado, numa cidade de poucos divertimentos, numa época em que as mulheres só saíam acompanhadas, e, mesmo iam às compras em lojas, os Souza Barros levam uma vida familiar muito intensa, ligados a tios, primos e sobrinhos, e, ainda por laços de casamentos entre parentes, vida familiar que quase dispensa relações com estranhos (Torres, 2010: 47).

O primeiro andar do sobrado era ocupado pelos pais e a parte superior pelas filhas mais velhas (Barros, 1998:11). Segundo a memorialista, levantam-se muito cedo tanto a família como os escravos. “Havia dez ou doze raparigas de quarto, mucamas, serventes, engomadeiras, costureiras. No pavimento térreo habitavam três ou quatro mulheres casadas, que se ocupavam da lavagem da roupa e outros serviços externos” (Barros, 1998:19). De acordo com a autora, os maridos destas mulheres casadas realizavam ofícios que supriam as necessidades da família, tais como sapateiros, jardineiro, padeiro, cozinheiro.

Eram comum, para as famílias de elite do século XIX, possuírem fazendas no interior do estado de São Paulo, principalmente no oeste paulista, região promissora para o cultivo do café. E, em alguns meses do ano, Maria Paes de Barros visitava as fazendas de seu pai pelo interior paulista como em Campinas, Piracicaba e São Carlos. Nos relatos em seu livro, a autora também nos diz que além de viajar para as fazendas no interior do estado, a família também costumava ir para Santos.

³ A Ordem da Rosa era destinada a premiar civis e militares, nacionais ou estrangeiros que se distinguissem por sua fidelidade à pessoa do Imperador e por serviços prestados ao Estado. A ordem da Rosa tinha sete graus - cavaleiro, oficial, comendador, dignatário, grande dignatário, grã-cruz honorária e grã-cruz efetiva.

⁴ Em primeira núpcias, o Comendador foi casado com Iliada de Rezende Souza Barros, sua sobrinha, com quem teve nove filhos.

A notícia era recebida com júbilo. Preparavam-se todos alegremente para a estação que oferecia, além do sabor da novidade, a deliciosa perspectiva dos banhos de mar! Era quase sempre em São Vicente onde se alojavam, nalguma velha casa da única rua existente na Vila Martim” (Barros, 1998:60).

Casou-se, em 1868, aos dezessete anos, com seu primo, coronel e também senador, Antonio Paes de Barros (Fig.4, Anexo 2). Ele era filho de Antonio Paes de Barros, barão de Piracicaba, e de Gertrudes Eufrosina de Aguiar. Deste casamento, nasceram nove filhos, sendo Antonio Paes de Barros Jr., Maria Paes de Barros, Luiz Paes de Barros, Otilia Paes de Barros, Rosalina Paes de Barros, Eduardo Paes de Barros, Gustavo Paes de Barros, Gertrudes Paes de Barros, Rafael Paes de Barros.

Patriarcalismo: no tempo de dantes....?

Vivendo em um cenário patriarcal, a existência da mulher é desqualificada e relegada ao ambiente doméstico e familiar. A domesticação e a ligação da mulher aos aspectos da natureza se fazem presentes e contribuem para que a mulher seja sempre considerada como um ser frágil, que precisa do outro⁵, neste caso o outro seria o homem, para se proteger, para tomar suas decisões, para pensar. A tentativa de construir o ser mulher enquanto subordinado, ou melhor, como diz Saffioti (1992), como dominada-explorada, vai ter a marca da naturalização e do inquestionável. Todos os espaços de aprendizado, os processos de socialização vão reforçar os preconceitos e os estereótipos dos gêneros como próprios de uma suposta natureza (feminina e masculina), apoiando-se, sobretudo, na determinação biológica. Determinação esta que vai se transformar em desigualdade social e tomar uma aparência de naturalidade.

Em minha pesquisa de mestrado, analisei a configuração das famílias de elite no município de São Carlos, em meados ao final do século XIX. A partir da leitura bibliográfica e das análises dos dados obtidos foi possível observar que muitas famílias se enquadravam no estilo patriarcal de domínio e na naturalização da

⁵ Neste caso “o outro” seria o homem, considerado viril e superior a mulher em vários aspectos, como na força física, inteligência, suporte psicológico dentre outros. É claro que este pensamento está inserido neste tipo de sociedade (patriarcal e elitista) no qual o olhar para a mulher perpassa uma lente de pré-conceitos e definições.

subordinação da mulher ao homem. A própria natureza do sistema patriarcal e a divisão de trabalho entre o marido e a esposa criaram, de certo modo, condições para a afirmação da personalidade feminina, dada a sua influência direta junto à família.

Vale lembrar que a família patriarcal não era a única forma de organização familiar do Brasil, mas, estava presente e fazia parte da realidade familiar de abastados lares brasileiros, em especial. De acordo com Samara (1989) não são raros os exemplos de mulheres que, por ausência do marido ou viuvez, zelaram pelo patrimônio da família, gerindo propriedades e negócios. A esposa transformada em chefe domiciliar por morte do marido deveria, no entanto, justificar juridicamente esse encargo. Entretanto, é preciso também assinalar que, embora os estudos mostrem algumas evidências da liberdade de ação das mulheres, estas são incipientes e não podem representar o todo, já que esta liberdade era limitada pela concordância do homem (Samara,1989).

Baseando-se na ideia de que família patriarcal não é significado de família extensa⁶, mas sim de família na qual o poder do pátrio (pai) impera sobre tudo e sobre todos, é que as observações a seguir serão pautadas. Segundo Scott (2009), o conceito de patriarcalismo pouco ou nada tem a ver com a presença de noras, genros, netos, sobrinhos, filhos casados e outros parentes como moradores da unidade doméstica. Patriarcalismo é, sobretudo, mencionado ao poder pátrio, à autoridade dada aos pais e aos maridos, como pais e maridos sobre seus filhos e esposas. Portanto, patriarcalismo refere-se ao poder paterno e não, necessariamente, à famílias extensas. Pautando-se no conceito de patriarcado exposto por Hartmann, Heleieth Saffioti (2005:232), patriarcado é definido como sendo“ [...] um conjunto de relações sociais que tem uma base material e no qual há relações hierárquicas entre homens e solidariedade entre eles, que os habilitam a controlar as mulheres. Patriarcado é, pois, o sistema masculino de opressão das mulheres” .

⁶ A família patriarcal caracterizava-se por um núcleo central, representado pelo pai, pela mãe e pelos filhos. Mas, segundo a historiografia tradicional, a família patriarcal também era extensa, pois agregava indivíduos externos a parentela legítima ligadas através dos laços de sangue ou de afinidade. A família extensa englobava indivíduos ligados ao proprietário através de laços de parentesco, trabalho ou amizade, tais como filhos ilegítimos ou de criação, parentes, afilhados, serviçais, amigos, agregados e escravos (Samara, 1983).

Observa-se, assim, que a dominação masculina é preponderante sobre as mulheres desqualificando-as como categoria social. De acordo com Saffioti (2005), o patriarcado refere-se à desigualdade e à opressão existentes nas relações entre homem/mulher. Segundo esta autora, o patriarcado está enovelado em segregação, marginalização e controle da sexualidade, da classe, da raça, do gênero. Para a socióloga, no patriarcado as mulheres são vistas como objetos da satisfação sexual dos homens, reprodutoras de herdeiros, de força de trabalho e de novas reprodutoras. Esta concepção nos indica que o patriarcalismo está enraizado em muitas relações de poder, principalmente em famílias de elite na qual o homem, além de ser o provedor de sustento da família era o másculo, o decidido. Um exemplo deste “patriarca”, em uma família de elite do município de São Carlos, é apresentado no livro de Alfredo Ellis Júnior (1960), no qual retrata a figura de seu avô, o tenente-coronel Francisco da Cunha Bueno⁷, como um verdadeiro representante de um patriarca. A este respeito, Alfredo Ellis Jr. (1960:391), nos diz que, “Nesse tempo de marcado patriarcalismo, se assinalava por imenso respeito e devoção quase divina dos descendentes à aureolada personalidade do velho patriarca, chefe de toda a volumosa família”.

Neste contexto, Maria Paes de Barros⁸ (2005), autora do livro *No tempo de dantes*, nos apresenta como era o cotidiano de uma mulher, pertencente a uma família de elite e patriarcal paulistana, no século XIX na (ainda) pequena cidade de São Paulo. Em seus relatos, a autora comprova o fato das mulheres terem uma vida limitada ao ambiente doméstico. A este respeito, a autora nos diz que, “[...] a parte feminina da família, sobretudo, levava vida quase unicamente restrita ao lar. A senhora só saía à rua pelo braço do marido, as meninas unicamente com os pais ou parentes idosos” (Barros, 2005:5).

Em outro trecho, a autora explica que as ocupações das meninas cingiam-se

⁷ O tenente-coronel Francisco da Cunha Bueno foi um grande produtor de café em São Carlos em meados do século XIX ao início do XX. Sua fazenda localizava-se em Santa Eudóxia, distrito de São Carlos. Francisco da Cunha Bueno nasceu em São Paulo, aos 28 de dezembro de 1829 e ali faleceu, em 28 de abril de 1903. Foi tropeiro, fazendeiro, vereador em Rio Claro e chefe do conservadores em São Carlos. Começou a vida como tropeiro, trazendo muares do Rio Grande do Sul para o mercado de Sorocaba. Firmou-se na terra com fazenda em Indaiatuba-SP (Fazenda Angélica), ocasião em que se casou (1851) com a filha da proprietária vizinha, Eudóxia Henriqueta de Oliveira (Dócinha), Barros (2005).

à vida doméstica. Desde pequeninas, eram iniciadas nas “prendas domésticas”, consideradas tão necessárias quanto os estudos.

Em relação à instrução escolar, Maria Paes de Barros (2005) nos aponta que esta era muito elementar para as mulheres. Não havia colégios para o sexo feminino, nem livrarias fazendo com que as ocupações das mulheres se restringissem ao âmbito doméstico. Portanto, as leituras e o aprendizado eram limitados para as mulheres. As mulheres não liam jornais. As filhas da família do Comendador estudavam em casa. Eram instruídas por uma professora, a senhora “Mademoiselle” que lhes ensinava a ler, escrever e as línguas francesa e alemã. Os homens, por sua vez, iam estudar em países europeus. Isto era visto como um costume (tradição) existente nas famílias abastadas. Os irmãos de Maria Paes de Barros foram para a Alemanha⁹ e ficaram internados em um colégio, fato que confirma esta tradição.

Em relação aos castigos escolares, a memorialista nos indica que estes eram válidos tanto para homens quanto para mulheres. Porém, nos apresenta um tipo de castigo considerável intolerável para as mulheres.

“Os castigos escolares faziam parte da vida diária de estudos, sendo que todas as infrações às regras eram sempre punidas. Porém, constituíam-se em humilhações tanto para as meninas quanto para os meninos. Barros nos apresenta que o castigo mais intolerável para as meninas era o seguinte: Colocava-se ao lado do talher da faltosa um canudo de abóbora, e durante o jantar ela era obrigada a assoprar nesse estranho instrumento, como se fosse uma corneta. Ao ouvir o extravagante som, ninguém na mesa podia conter o riso, ao qual o papai acrescentava as costumeiras chufas. Ralada de raiva, vergonha e humilhação, a pequena só desejava poder esmagar o odioso instrumento” (Barros, 2005:33).

Segundo a autora, seu irmão ao iniciar, a escrever com tinta cobriu uma página como rabiscos e borrões. Então, “[...] A folha do caderno foi arrancada e pregada com alfinete às costas do pequeno, que com esse triste ornamento teve de se apresentar à mesa do jantar” (Barros, 2005:33).

Os divertimentos femininos eram restritos às visitas aos familiares. A rede de parentesco era mantida através dos laços de consanguinidade ou dos laços de afinidade adquiridos através dos matrimônios. Por sua vez, a legalização das uniões dependia do consentimento paterno, cuja autoridade era legítima e incontestável. A

⁹ Comumente os filhos homens de famílias abastadas eram enviados à França para estudarem. Mas, como o Comendador tinha relações comerciais com uma firma alemã, enviou seus filhos para lá.

este respeito, Barros (2005:121), relembra que,

“As manas estavam moças, tendo atingido a idade em que se pensava no importante problema matrimonial – caso grave que ficava então quase exclusivamente a cargo dos pais. Vários pretendentes fizeram seus pedidos ao Comendador, alguns por carta, outros por intermédio de amigos. Mas o papai era escrupuloso: atendia a todas as recomendações, procurava obter informes. Com que cuidado intentava saber se na família havia mescla de sangue de cor! O principal era que fosse de boa família. Já havia sido recusado um bom partido para uma das manas, por ser um tanto duvidosa a sua ascendência. Isso decidia o papai, mesmo sem consultar as filhas, porque, dizia ele: “impedir em certos casos um casamento é meu dever – obrigar, nunca”.

Como se vê, as filhas não tinham livre arbítrio para a escolha de seus parceiros. Algumas vezes, casavam-se com tios mais velhos, primos, sobrinhos, entre outros, a mando de seus pais. Isto era feito a fim de garantir a permanência das riquezas em uma mesma família. Os arranjos matrimoniais contribuíam para a manutenção da fortuna dentro da própria família, para preservar a linhagem e a honra da família (Samara, 1989).

O casamento de Maria Paes de Barros com seu primo, Antonio Paes de Barros, expressa o parentelismo horizontal adquirido através do casamento consanguíneo, comum perante a elite branca, e reforça a ideia da estrutura dos enlaces matrimoniais da época nos quais os “matrimônios realizavam em círculos limitados e estavam sujeitos a certos padrões e normas que agrupavam os indivíduos socialmente, em função da origem e da posição econômica” (Samara, 1989). Ademais, o consentimento para a realização do casamento advinha do patriarca e não da vontade e do sentimento de afeto adquiridos pelos nubentes.

Certo dia, sentada diante da carteira, absorta com o seu trabalho, ela [Maria Paes de Barros, ditos meus] escrevia uma composição em alemão, quando foi interrompida pela voz da Dindinha [sua irmã mais velha, ditos meus]. Entrando na sala, sentou-se ao seu lado com ar muito sério. Era um caso importante: o papai tinha recebido uma carta com um pedido de casamento para a pequena. “Ah!...”, exclamou ela apenas, pois que não lhe acudiram mais palavras. Isso não teve importância, pois a Dindinha continuou falando. Achava que a irmã devia sentir-se feliz, pois tratava-se de excelente partido. O noivo era de boa família, parente longe, dotado de todas as tranquilidades: instruído, bondoso, amável, bonito...Que mais poderia ela desejar? A pequena ouvia, interdita. “Então, que responderei a papai?”- insistiu a Dindinha. “Não recuse essa felicidade”. A pequena conhecia o tão simpático parente, mas nem de longe suspeitara suas intenções. Com certo susto e emoção, balbuciou um tímido “sim”, debruçando-se novamente sobre os eu trabalho em alemão...”. (Barros, 1998: 123).

Segundo Samara (1983), as filhas poderiam ser deserdadas e excluídas da herança dos pais caso tivessem relações sexuais antes dos vinte e cinco anos de idade ou se casassem sem o mandado de seu pai. Já os homens, não estavam incluídos nesta punição.

A este respeito, Saffioti (2005), nos diz que a base econômica do patriarcado além promover uma marginalização salarial e ocupacional, controla a sexualidade e a capacidade reprodutiva das mulheres. Desta forma, neste período, várias mulheres tinham um grande número de filhos. Maria Paes de Barros teve 9 filhos. Sua mãe teve dez filhos e a primeira esposa de seu pai teve 9 filhos. O nascimento de meninos, especificamente, representava a virilidade e o poder de reprodução dos homens. As mulheres, portanto, eram consideradas apenas um “abrigo receptor” para a procriação masculina. No século XIX, era comum as mulheres terem muitos filhos em um pequeno espaço de intervalo entre um outro. As meninas casavam-se cedo, por volta de 13 anos de idade, e depois de gerarem dez, catorze ou mais filhos, morriam cedo devido ao desgaste gerado pela procriação excessiva. Sobre o nascimento de muitos filhos, Barros (2005:11), nos diz que, “[...] Os bebês chegavam regularmente, cada dois anos mais ou menos, quando misteriosamente aparecia na casa uma boa mulata, amável, risonha, que apresentava aos pequenos um novo irmãozinho [...]”..

Samara (1983), observa que as mulheres depois de casadas passavam da tutela do pai para a do marido, cuidando dos filhos e da casa no desempenho da função doméstica que lhes estava reservada. Ao casar-se estavam sujeitas às ordens do marido. O trecho abaixo, escrito por um religioso do século XVIII, expõe a situação de subordinação da mulher ao homem. Manuel de Arceniaga, o religioso, diz que a mulher,

“[...] deve estar sujeita ao seu marido...deve reverenciar-lhe, querer-lhe e obsequiar-lhe. Deve inclinar-se ao séquito da virtude e com seu exemplo e paciência ganha-lo para Deus. Não deve fazer coisa alguma sem seu conselho. Deve abster-se de pompas e gastos supérfluos e usar de vestido honesto conforme seu estado e condição de cristã” (Priore, 2003:25).

Desta forma, observa-se que os conceitos normativos de gênero, expressos no trecho acima, vem afirmar que há uma oposição binária fixa entre homem e mulher, como apontado por Joan Scott (1995). Para a autora, gênero é definido como sendo um elemento constitutivo das relações sociais, baseadas nas diferenças

percebidas entre os sexos. Além disso, o gênero também é uma forma primeira de significar as relações desiguais de poder. Por sua vez, estas são expressas através das configurações subjetivas, de linguagem, normativas e simbólicas nas sociedades. Neste contexto, nota-se que estas relações desiguais de poder estão inseridas no cotidiano de muitas famílias patriarcais do século XIX.

Nota-se que até o ano de 1888, ano da libertação dos escravos, era comum nas famílias de elite a prática da escravização e da utilização das mulheres negras em serviços de pajem, ama de leite, empregada doméstica. Estas, eram comercializadas e também desconsideradas como categoria social. Eram obrigadas amamentar e cuidar dos filhos de suas patroas antes mesmo dos seus. Neste ponto, observa-se aqui a presença de relações de gênero entre as próprias mulheres, sendo estas calcadas na superioridade de classe e de raça/etnia. Nota-se, assim, que este contexto está permeado por duas subestruturas de análise de gênero e patriarcado introduzidas por Saffioti (2005): a questão da classe e da raça/etnia. Segundo a autora, há três subestruturas importantes para a análise do gênero e do patriarcado, sendo a de classe, gênero e raça/etnia. Para Saffioti estas subestruturas não são fixas, mas sim enoveladas. Para o caso citado acima, nota-se, portanto, que a mulher branca, rica e livre domina e exclui a negra, pobre e escrava. Ou seja, tanto a questão de classe como a de raça/etnia contribuem para a ocorrência desta dominação de um lado e subordinação de outro, ou seja, elas se entrelaçam a fim de oprimir e ter poder sobre a outra. Nesta perspectiva, Scott (1995), aborda que é preciso entender o gênero não somente na relação homem/mulher, mas também analisá-lo e estar ciente de sua existência nas interrelações, nas relações sociais.

Prosseguindo com a caracterização do cotidiano das mulheres de elite no século XIX, Barros (2005) explana que a ida às missas aos domingos era feita regularmente. Mas, as diversidades entre os gêneros eram definidas desde o entrar na igreja. Segundo a narrativa da autora a família separava-se ao chegar à porta da Igreja. A este respeito, Barros (2005:39) nos diz que “[...] os homens iam para as naves laterais e as senhoras penetravam no corpo do edifício, sentando-se no chão”.

Assim, percebe-se que o corpo é modelado pela tradição. A tradição determinava que as mulheres se sentassem no chão das Igrejas e o fato do corpo representar o feminino já estava determinado o local onde deveria permanecer e a

sua posição de subordinação perante o homem. O chão aqui pode ser interpretado como sendo o nível mais baixo a ser alcançado por alguém. Segundo Saffioti (2005:8), “[...] se a cultura dispõe de uma enorme capacidade para modelar o corpo, este é o próprio veículo da transmissão das tradições”. Ou seja, o fato de um corpo ser de uma mulher nele já está embutido uma série de indícios de submissão, de inferioridade intelectual, sexual, cultural.

No decorrer da leitura do livro, foi possível perceber que as atividades exercidas pelo Comendador e por sua esposa eram bem diferentes. Em períodos de inverno, era comum que as famílias de elite passassem um período (alguns meses) em suas terras no interior de São Paulo. Mas, estas viagens exigiam grande organização e muitos preparativos, pois era necessário levar um estoque razoável de comida, remédios, roupas e outros apetrechos. Barros (2005:65), nos diz que “[...] Tinham todos alguma coisa a fazer, mas à mamãe cabia enorme tarefa. Ela tudo planejava, prevenindo-se para os casos de emergência”. Providenciava todas as roupas (os vestidos de chita, as meias), os gêneros alimentícios que não tinham no interior como açúcar fino, manteiga, chá da Inglaterra dentre outros. Do mais, preparava a sua “preciosa farmácia”, munindo-se de um vasto sortimento de drogas e de fórmulas preparadas e engarrafadas por ela mesma. Aliado a estes medicamentos estavam os dois grossos volumes de Medicina Popular, Chernoviz, que auxiliava na cura de muita gente¹⁰. Por sua vez, o Comendador praticava a administração de suas fazendas, ouvindo relatórios, determinando serviços, cavalgando por entre as plantações vistoriando-as.

Depois de casada, Maria Paes de Barros, também passou a desempenhar papéis até então nunca realizados. Envoltos a um sentimento de “efusões afetivas” que a empolgavam, “lentamente foi descendo das nuvens e proximava-se a realidade da vida; importantes deveres a chamavam” (Barros, 1998: 125). A autora descreve que

“não era pequena a tarefa que tinha diante de si: governar, dirigir e, se preciso fosse, até castigar as numerosas escravas que trabalhavam dentro de casa, todas mais velhas e mais práticas do serviço do que ela!”

¹⁰ É interessante comentar que o livro de medicina *Chernoviz* foi utilizado por muitas mulheres fazendeiras do século XIX, tais como por Anna Carolina de Mello Oliveira, a Condessa do Pinhal. Cff. SILVA, Maria Aparecida de Moraes. Encontrando as mulheres nos vãos da história. Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar. São Carlos, v. 2, jan-jun 2012, pp. 131-157.

Neste contexto, embora os afazeres de D. Felicíssima e Maria Paes de Barros fossem ligados ao âmbito doméstico, as suas práticas eram fundamentais à fazenda e à família, pois envolvia todo o cuidado com os doentes (filhos, escravos), a dedicação aos filhos, a organização da casa, as ordenanças às suas pajens, a providência de alimentos, doces, roupas, remédios. Sendo assim, como afirma Silva (2012:146), “[...] a casa era um local de inúmeras tarefas e responsabilidades sociais, ou seja, uma verdadeira empresa doméstica”, no qual a mulher estava envolta.

Porém, a existência e a visibilidade feminina não transpassavam as paredes do ambiente familiar e doméstico, ou seja, estavam atreladas ao bom desempenho do governo doméstico e à assistência moral à família, fortalecendo seus laços” (Samara, 1983:59).

Considerações finais:

No decorrer da leitura do livro *No Tempo de dantes* observou-se que grande parte das narrativas feitas Maria Paes de Barros, confirmam que muitas mulheres de famílias da elite do século XIX tinham uma vida estritamente doméstica, privada, subordinada ao pai e, posteriormente, ao marido. O âmbito doméstico era a principal esfera dominada pelas mulheres. Mas, a administração da casa era laborioso e envolvia práticas relacionadas à organização dos suprimentos para as viagens, ordenanças às escravas com os cuidados para com as crianças e a casa, a produção de doces, roupas, remédios. Desta maneira, notou-se que a vida de várias mulheres da elite era dinâmica, porém somente pautada nos afazeres domésticos e familiares.

Observou-se que a questão de gênero é essencial para compreender os fundamentos do patriarcalismo presentes no decorrer da leitura do livro. Neste sentido, torna-se relevante destacar que para Scott (1995), as relações de gênero estão imbricadas à relações de poder, as quais hierarquizam homens e mulheres ao longo da história. Em relação ao patriarcado, entendeu-se que para Saffioti (2005) o patriarcado é visto como uma possibilidade dentro das relações de gênero.

Nos relatos de Maria Paes de Barros (2005) há várias diferenças relacionadas

a questão de gênero, tais como o fato das mulheres sentarem-se no chão das missas, aprenderem desde meninas as prendas domésticas, receberem menor instrução escolar, não poderem escolher seus parceiros dentre outras. Assim, observou que a mulher, mesmo sendo integrante da elite, não aparece como um sujeito atuante e agente da história, mas sim, apenas como uma subordinada ao pai ou marido. Tornam-se invisíveis perante tantos olhos totalmente cegos pela sujeição e inferioridade as quais as mulheres foram (e ainda são) sujeitadas.

A mulher da elite, vista como mantenedora do ambiente doméstico, casava-se cedo e deixava o domínio patriarcal para o do marido. O casamento interparentela facilitava a perpetuação da elite econômica, a permanência de pequenos grupos no poder (Fukui, 1980:16), além do ocultamento da mulher nas decisões que lhe dizem respeito, como por exemplo, com quem desejava se casar.

Enfim, as relações de poder imbricadas no patriarcalismo demonstram que as relações de gênero dinamizam todos os campos do social e, a mulher, colocada em subalternidade, vai construindo sua identidade neste contexto. Porém, esta construção não se demonstrou imutável ao longo da história e, libertando-se das amarras tradicionais do patriarcalismo, a mulher, aos poucos, está conquistando sua integralidade.

Referência Bibliográfica

- BARROS, Maria Paes de. *No tempo de dantes*. Prefácio de Monteiro Lobato. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998.
- ELLIS JÚNIOR, Alfredo. *Tenente-Coronel Francisco da Cunha Bueno*. São Paulo: Linográfica Editora, 1960.
- FUKUI, Lia F.G. *Estudos e Pesquisas sobre família no Brasil*. Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais. BIB, Rio de Janeiro, n.10, 1980, p. 13-23.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 7a ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- PRIORE, Mary Del. *Mulheres no Brasil Colonial*. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2003. (Coleção Repensando a História).
- SAFFIOTI, Heleieth I. B. *Rearticulando gênero e classe social*. In: Costa, A. O. ; Bruschini, C. (Orgs.) *Uma Questão de gênero*. São Paulo ; Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.
- SAFFIOTI, Heleieth I. B. *Gênero e Patriarcado*. In: Castillo-Martin, Marcia; Oliveira, Sueli de (Org.). *Marcadas a ferro*, 1 ed. Brasília. Secretaria especial de políticas para as mulheres. 2005, pp. 35-76.
- SAMARA, Eni de Mesquita. *A família brasileira*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1983. (Coleção Tudo é História, vol. 71).

_____. *As mulheres, o poder e a família*. São Paulo: Editora Marco Zero e Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo, 1989.

SCOTT, Ana Silvia Volpi. *As teias que a família tece: uma reflexão sobre o percurso da história da família no Brasil*. *História: Questões e Debates*. Curitiba, n. 51, p. 13-29, jul-dez. 2009.

SCOTT, Joan Wallach. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. *Educação e Realidade*. Porto Alegre, vol. 20, n. 2, jul.-dez. 1995, pp. 71-99.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. *Encontrando as mulheres nos vãos da história*. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*. São Carlos, v. 2, n. 1, jan-jun 2012, pp. 131-157.

TORRES, Maria C.T.M. *Um lavrador paulista do tempo do Império*. Piracicaba, São Paulo: Equilíbrio, 2010.

Anexo 1

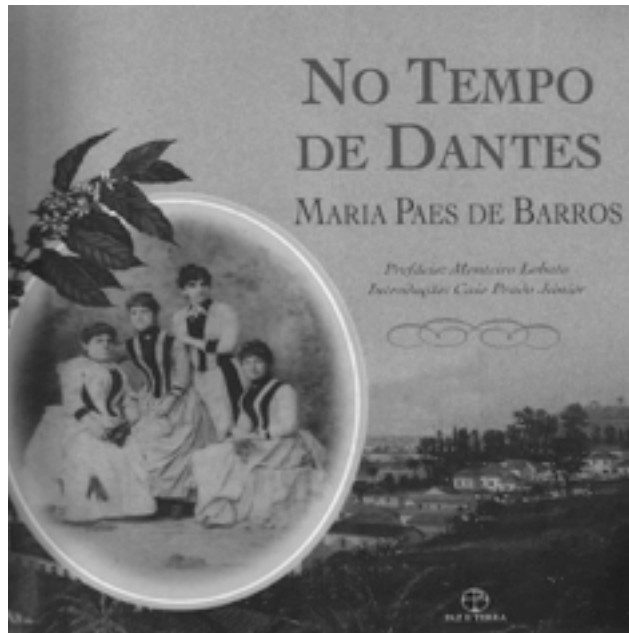


Figura 1: Capa do livro *No Tempo de dantes*



Figura 2: Maria Paes de Barros
Fonte: BARROS (1998: I, XI)

Anexo 2

Figura 3: Comendador Luis Antonio de Souza Barros e Felicíssima de Almeida Campos
Fonte: BARROS (1998: 8)



Figura 4: Antonio Paes de Barros e Maria Paes de Barros
Fonte: BARROS (1998: VIII)